

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos mais uma edição da Revista **Geographia Opportune Tempore**, de 2022, traz um conjunto de artigos em várias temáticas e instigantes leituras feitas à luz das teorias geográficas e de áreas afins. Esse é o **Volume 8, Número 1 do ano de 2022**, que mantém contínuos volumes anuais, contribuindo para ampliar o horizonte geográfico brasileiro, que, nesse primeiro semestre de 2022, vive o enredamento que envolve a flexibilização da pandemia do Coronavírus, no cotidiano das sociedades, entre aberturas e recuos, causando, ainda, inseguranças nos espaços geográficos brasileiros e internacionais.

A Revista **Geographia Opportune Tempore**, traz, nessa edição, contribuições que vão desde a agricultura familiar até as questões do turismo no meio rural, além de elementos que tratam do empobrecimento em determinadas regiões, assim como o fantasma da fome, que sempre assombra a realidade social brasileira.

Desta forma, a Revista **Geographia Opportune Tempore** traz o artigo de autoria de **Ana Moreno-Lobato, Bárbara Sofia Pasaco-González, José Manuel Hernández-Mogollón e Elena Sánchez-Vargas**, intitulado “**Criação de experiências turísticas em ambientes rurais**”, que versa sobre a gestão dos destinos visa criar uma verdadeira coesão e coexistência entre a utilização dos recursos, de modo a que o turismo represente uma atividade económica sustentável no território. Nas zonas rurais, o desenvolvimento de experiências turísticas impulsiona a dinamização das economias dos sectores primário e secundário, como é o caso da Extremadura (Espanha). Através de uma análise de casos, identificando e caracterizando as experiências turísticas desenvolvidas nesta região, o principal objetivo é analisar o desenvolvimento de diferentes tipos de experiências turísticas a fim de avaliar a sua capacidade e eficácia na dinamização de um ambiente rural. Os resultados mostram uma tendência para a especialização em sub-tipologias turísticas que ajudam a desenvolver recursos, a imersão dos turistas e benefícios para a população local, com um compromisso para a criação de experiências turísticas intimamente ligadas à tradição, sociedade ou atividade local.

Já, o artigo denominado “**A fome e a pobreza na Região do Contestado Catarinense: o vírus da fome e seu rastro amargo 105 anos após a guerra**” tendo autoria de **Vanessa Maria Ludka, Ana Julia Oliveira de Mello, Leandra Eduarda Fabri Rezende e Sérgio Augusto Pereira**, traz uma análise sobre como a fome pode ser provocada por diversos fatores, sendo um deles a guerra, acontecimento capaz de desestabilizar um determinado território por anos. O

objetivo deste artigo foi analisar como a fome e a pobreza tem se manifestado na região do Contestado Catarinense 105 anos após Guerra do Contestado. A metodologia adotada foi pautada no levantamento de pesquisas bibliográficas e coleta de dados em sites governamentais, dentre eles: o Ministério da Cidadania, IBGE e o Atlas Brasil. Ao analisar todos os dados apresentados, foi possível observar quais são os territórios com maior vulnerabilidade para a fome e a pobreza na região do Contestado Catarinense. No Cadastro Único, destacaram-se os municípios de Matos Costa, Calmon e Lebon Régis por possuírem acima de 60% da população do seu município cadastradas, apresentando também a maior porcentagem de pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família, acompanhados dos municípios de Bela Vista do Toldo, Timbó Grande e Monte Castelo.

Diane Daniela Gemelli, no presenteia com o artigo intitulado **“O povo caboclo no território contestado: uma análise do processo de invisibilização”** problematizando sobre a ocorrência do esquecimento do povo caboclo no território conhecido como Contestado, situado entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. Buscamos analisar os emaranhados que fizeram com que ocorresse a invisibilização deste povo que sofreu com/e na guerra ocorrida entre os anos de 1912-1916. Na mesma perspectiva, se eleva em nosso estudo um repensar das territorialidades pelas quais compreende-se que no território Contestado o povo caboclo compôs seus modos de ser e de existir, convivendo com o espaço natural; fato este que, posteriormente, com a expansão do capitalismo e em decorrência das ramificações do conflito, provoca a desestruturação deste modo de vida. Em continuidade ao estudo, e tendo como base uma revisão teórica, elencamos a existência da negação das identidades caboclas na atualidade, devido aos inúmeros fatos que desde o conflito continuam a perseguir e a criminalizar, culpabilizando os caboclos e as caboclas pelo desenrolar dos acontecimentos que levaram a ocorrência da Guerra. Concluímos, indicado que a população cabocla não é a culpada pelo estopim do conflito e pela Guerra como um todo, de modo que se faz necessário avançar nos estudos comprometidos com a produção de conhecimento que possa contribuir com a justiça social, isto é, retirar a culpa colocada aos caboclos e às caboclas, que foram vítimas de tamanha injustiça, seja de forma física, epistêmica e/ou discursiva.

Victória Jandira Bueno, Carla Maria Freres Stipp e Leonardo Rodrigues, trazem um assunto de relevante importância para a realidade rural brasileira, a partir do artigo **“Agricultura familiar, uma proposta viável considerando o contexto da estrutura fundiária brasileira”**, analisam o histórico da estrutura fundiária no Brasil, apontando a natureza do seu desenvolvimento, as desigualdades resultantes desse processo e a importância de espaços de resistência sob a ótica das lutas sociais e sindicais. A metodologia foi desenvolvida por meio de pesquisas em fontes secundárias, fundamentada em revisão de literatura, compreendendo o levantamento bibliográfico

referente à questão agrária no Brasil. Foi proposto uma análise de caráter qualitativo a fim de obter informações mais detalhadas sobre as discussões recorrentes apresentadas nas bibliografias, compreendendo a qualidade de suas propostas de diálogos e sua importância frente ao cenário envolvendo a dialética do agronegócio e agricultura familiar. A partir disso, foi possível constatar que as grandes problemáticas envolvendo a questão agrária, tem sua raiz na estrutura fundiária do país, sobretudo através do modo de produção capitalista, que acentua as desigualdades. No que tange a agricultura familiar, ficou evidente a partir do estudo de caso do Projeto Sacolas Camponesas, a necessidade de iniciativas que contribuam para o fomento da luta de Reforma Agrária, visando políticas públicas sociais mais igualitárias e inclusivas, fortalecendo a produção camponesa.

“A cafeicultura orgânica como opção de renda e perspectiva de sucessão geracional dos agricultores familiares de Poço Fundo-MG”, debatida por **Thais de Cássia Silva Lemos** e **Flamarion Dutra Alves**, da Universidade Federal de Alfenas, apresenta as transformações no campo levaram ao êxodo rural, que é constante pela concentração fundiária e políticas voltadas para o agronegócio em sua maioria, afetando diretamente a permanência dos agricultores no campo. Os jovens são os que migram com maior frequência do ambiente rural. A ausência dos jovens rurais tem comprometido a sucessão geracional e a reprodução social da agricultura familiar. Esse trabalho procura compreender a cafeicultura no município de Poço Fundo-MG, com destaque a produção orgânica e como pode ser uma opção viável para a permanência dos jovens agricultores, sobretudo na produção cafeeira. A renda é um dos fatores pelo qual o jovem deixa o campo, visto as dificuldades enfrentadas por eles, por outro lado, quando os pais possuem bons resultados, o desejo de permanência aumenta. Diante disso a produção cafeeira orgânica realizada no município, possui importante influência econômica e na reprodução social, visto que a produção cafeeira é de baixo custo e com valorização no produto final, com valores comerciais superiores em relação ao convencional. Que tem gerado bons frutos para os produtores e para a cooperativa local.

Os discursos sobre a Guerra do Contestado apresentados nos monumentos das cidades Gêmeas do Iguaçu, são abordados por **Thiago Luiz Calandro, Gabriela Sena da Silva** no artigo **“Os monumentos e as comemorações de Porto União da Vitória (PR/SC): uma análise do discurso espacial sobre a perspectiva da Guerra do Contestado”**, realizam uma análise dos discursos espaciais interpretados a partir dos monumentos/eventos dispostos e comemorados em Porto União da Vitória (PR/SC) sob a perspectiva da Guerra do Contestado (1912-1916) – entendida aqui como parte fundamental da constituição histórica, espacial e identitária dos dois

municípios. Para isso, analisaram-se práticas espaciais e os produtores culturais das comemorações e monumentos na região respectiva. Os resultados apontaram para duas inferências: a primeira é que os caboclos, vítimas e parte da guerra do Contestado, exercem pouco protagonismo no ato de contar sua história; por outro lado, os colonizadores e os imigrantes exercem seu protagonismo no ato de fala. Como consequência, afere-se que o primeiro grupo pode fazer parte de uma história subterrânea em relação à história oficial, podendo ocasionar na construção de identidades espaciais e culturais desconexas de uma realidade possível. Em relação ao segundo grupo, entende-se que seu protagonismo no ato de contar sua história pode auxiliar no fortalecimento de sua identidade ao ponto de ressignificar práticas em espaços dos municípios de Porto União da Vitória (PR/SC).

Por fim, **Marcelo Bordin**, na Seção Olhares Paisagens Sentidas no Geográfico, apresenta uma fotografia do Anfiteatro Romano na Piazza Sant’Oronzo, cidade de Lecce, no sul da Itália, na região de Salento, nessa seção que busca ressaltar os olhares dos/das geógrafos/as nas suas experiências de campo, assim como suas percepções e representações geográficas, contribuindo com imagens das diversidades-mundo para a ciência geográfica.

Desejamos a Todos e Todas, uma extraordinária leitura.

Nilson Cesar Fraga
Editor-Chefe

Matheus Oliveira Martins da Silva
Editor